

PROJETO QUERINO

O projeto Querino é apoiado pelo Instituto Ibirapitanga.

O podcast é produzido pela Rádio Novelo.

Episódio 02: O pecado original

Tiago Rogero: Pouca gente tava lá na hora
do Grito da Independência,

que a gente sabe que tem muito de mito,

mas não deixa de ter acontecido.

Dom Pedro I tava no meio da viagem pra conseguir o apoio lá da boa elite brasileira,
dos escravistas,

quando ele recebeu a notícia de que o caldo tinha entornado e aí ele anunciou o
rompimento com Portugal.

E era um grupo pequeno que acabou presenciando esse momento fundador da nação
brasileira.

Tava o Dom Pedro,

os criados dele, né?, os escravizados, porque afinal gente rica não pode até hoje nem lavar
a própria cueca no Brasil,

imagine naquela época

e imagine a realeza,

e tava também um grupo bem reservado

de homens

brancos.

Aloysio Breves: Na verdade, aquilo foi mais uma cavalgada, né, uma farra de
garotos, né, rumo a São Paulo.

Tiago Rogero: A cavalgada tinha começado uns dias antes pela fazenda Santa Cruz, que era a casa de veraneio da família real.

É onde hoje é o bairro Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Aliás, essa fazenda chegou a ter de uma só vez mais de 2 mil escravizados.

Se você já ouviu que a família real, depois imperial, não tinha escravizados, já saiba que isso é lorota, tá?

Bom, a primeira parada da comitiva, depois de sair do Rio, foi em Santa Cruz. E a segunda parada foi numa outra fazenda, em São João Marcos, a uns 120 km do Rio.

A comitiva passou a noite ali, e o dono dessa propriedade se juntou ao grupo.

Aloysio Breves: Ali em São João Marcos, o Joaquim se incorporou à comitiva, mais cavaleiros se ofereceram para acompanhar e assim se deu o famoso grito do Ipiranga, né, que é romantizado, né, com aqueles cavalos brancos e aquela coisa napoleônica. Na verdade, estavam todos montados em bestas, né, em burros, porque cavalo nenhum aguentava essa jornada Rio-São Paulo.

Tiago Rogero: Por mais que tenha sido um perrengue, era um sinal de muito prestígio poder fazer parte dessa cavalgada,

poder compor a Guarda de Honra do futuro imperador.

E o que que era necessário pra tá nesse seletó grupo?

Além de ser homem, claro,
e de ser branco,

precisava ter muito dinheiro.

Muito dinheiro.

Cê lembra de um dos objetivos principais dessa romaria, né?
Garantir pras elites que, mesmo com a separação de Portugal,
a escravidão seria mantida.

Daí quando chegava o Dom Pedro pra fazer essa promessa,
num era só ele quem tava falando.

Eram também todos aqueles fazendeiros ricos que tavam acompanhando ele.
Referendando ele.
Dando credibilidade.

E no meio dessa turma tava o Joaquim.

Aloysio Breves: O Joaquim distribuía essa mão de obra pelas fazendas que ele tinha na Serra Fluminense, nas 70 propriedades, ou quase 100 propriedades que ele tinha em toda a serra. Números gigantescos, milhares de escravizados, aquisição de terras novas para você desmatar e plantar o café e com isso você tinha alta produção de café.

Tiago Rogero: Esse que tá falando é o Aloysio.

Aloysio Breves: Meu nome é Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves Beiler.

Tiago Rogero: O Aloysio é advogado e pesquisador.
Sabe tudo da vida do Joaquim.

Aloysio Breves: O Joaquim, ele é contemporâneo do Barão de Mauá, né, que era um industrial, foi o homem mais rico do Brasil na época, né? O Joaquim alcançou o ponto mais alto de riqueza, logo depois o Barão de Mauá. Então, quer dizer, essas pessoas eram empresários, né, empresários de grande sucesso.

Tiago Rogero: O Joaquim era um empreendedor.

Sabe? Se fosse hoje, o Joaquim seria citado como exemplo por tudo quanto é *coach*.
Sujeito de visão, multiplicava dinheiro.
Ele era chamado de Rei do Café.

<<<< som de TV ligando >>>>

Voz 1: Tá com saudades da novela 'Império' e das aventuras do Comendador José Alfredo? Bom, comendador é um título dado a pessoas que se destacam por algum motivo. E você sabia que em outras épocas houve um comendador que foi praticamente dono da maior parte das terras aqui do Sul do estado? Fomos atrás da história do Rei do Café: o comendador Joaquim José de Souza Breves.

<<<< som de TV desligando >>>>

Tiago Rogero: Ah, sim, o Joaquim era comendador.

Tem um peso essa palavra. Comendador.

Era um título,

uma ordem honorífica concedida pelo Império,

em agradecimento pelos serviços prestados à nação.

E não só o Joaquim chegou a comendador, como o irmão dele também.

O José de Souza Breves.

O Joaquim e o José eram os

Irmãos Breves.

Aloysio Breves: É um nome que eu gosto muito, o Tempo dos Breves. Foi um período de 100 anos, vamos dizer assim, em que a família Breves dominou a região do Vale Fluminense. O Vale Fluminense foi o maior produtor de café do mundo, na época.

Tiago Rogero: Os dois tinham dezenas de fazendas.

Dezenas.

Era tanta fazenda que o Joaquim dizia que dava pra ir do Rio até Minas,

e do Rio até a divisa com São Paulo,

sem pisar fora

de seus territórios.

Só indo de uma fazenda pra outra.

Aloysio Breves: Por exemplo, São Joaquim da Grama, que era sede e residência do comendador Joaquim Breves. São Joaquim da Grama era um verdadeiro palácio,

murada por muros altos, né, no alto de uma pequena colina, dali ele comandou e construiu o império dele. Então, tem muitos relatos da visita de embaixadores, de pessoas de outros países sobre a Fazenda da Gramma, né, do luxo, é, os talheres de ouro, toalhas de linho importadas da Ilha da Madeira, móveis e porcelanas francesas...

Thiago Campos Pessoa: Os irmãos Breves, assim como muitos outros indivíduos, fazendeiros do século XIX, eles representam o que nós podemos chamar de classe senhorial, elite imperial.

Thiago Rogero: Este é o Thiago Campos Pessoa.

Ele é historiador e professor,

e escreveu o livro "O império da escravidão: o complexo Breves no vale do café".

Thiago Campos Pessoa: De maneira resumida, eu diria que o José e o Joaquim Breves, os dois, é, representam um dos maiores senhores de escravos do período imperial. Pra você ter uma ideia, Tiago, o José Breves, quando a sua esposa morre, em 1868, ele era senhor de cerca de 1.350 indivíduos. Isso pra realidade brasileira era completamente fora de padrão. E o Joaquim também. Os observadores de época, dos jornais de época, dizem que o Joaquim Breves era senhor de 3.000 africanos. Então a gente pode dizer com uma certa tranquilidade que esses dois irmãos, José e o Joaquim Breves, eram senhores de quase 5.000 pessoas.

Thiago Rogero: Eu queria que cê pensasse um pouco nesses números, que aliás nunca são só números. Eram vidas, eram pessoas, cada uma delas. Mas por enquanto vamos focar só nessa quantidade.

Quando a gente pensa na escravidão, em quem é que tinha escravizados, os proprietários, os senhores e as sinhás,

é comum imaginar um grande fazendeiro, dono de dezenas, centenas de escravizados.

Fazendeiros como os irmãos Breves.

Mas naquele tempo,
naquele Brasil,
a escravidão era algo totalmente naturalizado.

Era a estrutura daquela sociedade. A base de tudo.
E por isso muita gente tinha escravizados.

Um terço dos chefes de família do Brasil era dono de pessoas escravizadas.

E olha que custava caro comprar um escravizado.
Mas dava até pra comprar a prazo.

Aumentava o custo, claro,
mas com o tempo aquele escravizado acabaria pagando o próprio custo por meio do
trabalho dele.

Isso se não morresse por causa do trabalho forçado, mas muita gente preferia arriscar.

Por isso que não só gente rica tinha escravizados.

E havia até pessoas negras
que tinham também.

O escravizado era a moeda naquela sociedade. A moeda mais valiosa.

Então quando uma pessoa negra livre conseguia ascender um pouquinho,
e isso era bem difícil,
mas quando uma ou outra conseguia alguma mobilidade,
ela tentava adquirir bens, adquirir posses,
e o escravizado era a posse mais valiosa de todas.

E isso que eu tô dizendo não é novidade nenhuma, inclusive tem muito supremacista
branco que gosta de citar esses casos
excepcionais
como se fossem a regra.

Mas o que esses mesmos supremacistas não citam é que essas pessoas negras donas de
escravizados eram a
minoridade da minoria.

Dois pesquisadores, o Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, analisaram os dados de São Paulo, no começo da década de 1830.

94% dos donos de escravizados eram brancos.
94%.

Só 6% eram pardos ou pretos.

A minoria da minoria.

E eu nem preciso dizer que, pra cada pessoa negra que tinha um escravizado, tinha muitas outras pessoas negras lutando por liberdade.

Não só de si, mas dos outros, nos milhares de quilombos pelo país, por exemplo.

E, sendo o dono branco ou negro, quando se olha pro Brasil nesse período...

Thiago Campos Pessoa: ...todo o Brasil era de escravistas. Em todos os municípios do Império, todos, sem exceção, em meados do século XIX, existia alguém que possuía escravos. Mas essa posse, ela era uma posse pequena, geralmente as pessoas tinham um, dois, no máximo três escravos. Esse era o padrão do Brasil.

Tiago Rogero: Só uns 5% ou 6% dos senhores tinham mais de 20 escravizados.

E os Irmãos Breves tinham milhares.

Milhares.

Ah, mas eles eram empreendedores.

Grandes empresários.

Com certeza foi por meritocracia que eles acumularam essa riqueza toda.

Em 1829, o Joaquim Breves tinha 50 escravizados.

É muito, mas ainda não são milhares.

20 anos depois, já eram 3 mil.

Thiago Campos Pessoa: Certamente, a fortuna dos irmãos Breves ela tem como ponto inicial o tráfico de africanos.

Tiago Rogero: O comendador Joaquim
e o comendador José,

os Irmãos Breves,
os grandes empreendedores,

eram traficantes
de escravizados.

Thiago Campos Pessoa: Então você tem essa figura do traficante, que a gente sempre remete a ele, né, quase como uma figura simbólica, quase sempre era o consignatário ou o proprietário do navio negreiro. Mas esse sujeito na verdade ele era um grande empresário, um sujeito que articulava interesses e financiamentos seus e de outras pessoas.

Tiago Rogero: A gente já falou um pouco sobre isso no 1º episódio.

O tráfico de escravizados era um empreendimento que custava muito dinheiro. Porque o sujeito tinha que ter não só o navio, mas o pessoal pra fazer toda a operação, e também os produtos, tanto pra alimentar a tripulação e os escravizados quanto pra trocar por mais escravizados na costa africana.

E o tráfico também era um negócio arriscado, porque muita coisa podia dar errado no caminho e uma parte enorme das pessoas que eram sequestradas simplesmente não conseguiam sobreviver à viagem.

Cerca de 670 mil africanos morreram antes de chegar ao Brasil, porque as condições eram desumanas.

670 mil.

O tráfico era arriscado, mas se desse certo dava muito lucro.

Então muita gente rica participava.

Se não fosse o cabeça da operação,
entrava como sócio.

Thiago Campos Pessoa: Eu encontrei um livro-carga, que é uma das coisas mais impactantes que eu já tive contato em relação à documentação do tráfico e da escravidão. Você tinha ali descrito a carga do navio e eram ali crianças, jovens, já demarcados com os próprios sinais de propriedade e o cabeçalho do navio dizia: 'Meninos ou moleques pertencentes a fulano de tal'. E aí vinha a marca que representava esse fulano de tal, certamente no caderno e na pele daquele menino ou daquela menina.

Tiago Rogero: E a violência num parava no desembarque.

Nas fazendas de café, por exemplo, a jornada de trabalho era de umas 15 horas por dia, com meta de produtividade.

Quem não cumprisse a meta era torturado.

Thiago Campos Pessoa: E a partir dos anos 30 do século XIX, o café ele começa a despontar como *commodity* de excelência pro Império do Brasil... Não é à toa que a bandeira do Império do Brasil ela nasce com um ramo de café. Então, o café, ele é projetado nos anos 20 como a principal aposta econômica do Brasil, nação que surgia.

Tiago Rogero: O espírito empreendedor dos irmãos Breves fez com que eles investissem no tráfico de escravizados no momento de explosão do café.

Thiago Campos Pessoa: Porque o que esses senhores fazem, senhores como José e Joaquim, e tantos outros senhores do Vale do Paraíba, é permitir que politicamente e economicamente e socialmente, a escravidão ela se propulsione no exato momento em que o café se coloca como um projeto nacional. E a escravidão se propulsiona como um elemento importante, basilar eu diria, dessa economia cafeeira de uma maneira muito particular no caso do Brasil.

Tiago Rogero: A escolha por manter a escravidão num garantiu só a unidade do Brasil independente.

Foi graças à exploração
e foi graças à tortura de pessoas negras
que o novo país se tornou viável

economicamente.

Foi só por causa da escravidão que a própria colonização portuguesa finalmente se pagou.

Lááá em 1500, todas as primeiras décadas tinham sido de prejuízo pra Coroa,

até que os portugueses começaram a escravizar pessoas,
pra produzir açúcar.

Primeiro foram os indígenas.

Aliás, é importante lembrar que houve escravização indígena,
que teve um genocídio dos nossos povos originários,
e que essa escravidão durou muito mais tempo do que a gente geralmente aprende na escola.

Nas primeiras décadas de colonização, e em algumas regiões até séculos, a maioria da mão de obra escravizada era de pessoas indígenas.

Daí, por uma série de motivos, houve uma transição pra mão de obra africana,
que começou a chegar a partir da década de 1560.

Entre esses muitos motivos, teve uma série de epidemias que acabaram dizimando as populações indígenas.

E essa transição de uma escravidão pra outra também não foi da noite pro dia.
As duas, a escravidão indígena e a africana, ainda foram empregadas juntas por muito tempo.

No Paraná ou em Minas Gerais, por exemplo, só começou a ter mais escravizado africano do que indígena no começo do século XVIII.

E é no colégio que a gente aprende sobre os ciclos econômicos, né?
Açúcar, ouro, café.
Não teria tido nenhum desses ciclos sem a mão de obra escravizada.

Desde os tempos da colônia, todas
todas
todas as riquezas que o Brasil acumulou foram graças à escravidão.

E o Brasil foi onde o comércio negreiro tomou uma dimensão inédita.

Já tinha tráfico no mundo.
Outros países também traficavam e dependiam do trabalho escravo.

Mas nenhuma colônia ou país no mundo recebeu tanta gente africana escravizada quanto o Brasil.
Nenhuma.

Das 12,5 milhões de pessoas africanas que foram arrancadas de seus lares,
5,5 milhões tinham o Brasil como o destino.

É o triplo da América Espanhola inteira – de todos os nossos vizinhos aqui da América do Sul somados.
É 12 vezes mais do que os Estados Unidos.

O porto que mais recebeu escravizados no mundo ficava no Brasil:
o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

Não houve setor da economia brasileira que não tenha tido trabalho escravo.
Não teve. Do comerciante ao grande latifundiário; do industrial ao médico.

Desde sempre, foram mãos e mentes negras que enriqueceram famílias brancas que até hoje se beneficiam dessa riqueza.

Na empresa Brasil,
o trabalho é negro,
e o lucro é branco.

Eu sou o Tiago Rogero,

este é o podcast do projeto Querino,
produzido pela Rádio Novelo.

Episódio Dois: O pecado original.

Thiago Campos Pessoa: O Brasil, ele se projeta como uma grande nação escravista atrelada ao comércio atlântico de africanos. Um comércio que era clandestino pelo direito internacional, clandestino nos estatutos jurídicos nacionais, e que a despeito disso ele tomou uma proporção inédita a partir dos anos 1830 por agências de senhores como o Joaquim e o José de Sousa Breves.

Tiago Rogero: Faltou contar esse pequeno detalhe sobre os Irmãos Breves.

Não é só que eles eram dois dos homens mais ricos do Brasil,
muito próximos do Imperador Dom Pedro I,

e nem é só que essa riqueza toda vinha do tráfico e da exploração de pessoas escravizadas.

O Joaquim e o José de Souza Breves foram traficantes quando o tráfico já era
ilegal.

Eles foram contrabandistas de pessoas ilegalmente escravizadas.

Até pros padrões daquela época, o que eles tavam fazendo era contra a lei.

Tamis Parron: Lei de 7 de novembro de 1831. Essa foi a primeira lei que regulou o fim do tráfico negreiro transatlântico da África para o Brasil.

Tiago Rogero: Este é o Tamis Parron, historiador e professor.

Tamis Parron: Essa lei está entre as dez leis mais importantes da história do Brasil. Ao lado de outras leis muito importantes, como a própria Lei da Abolição da Escravidão, a CLT, o ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tiago Rogero: Voltando um pouquinho mais no tempo, a Inglaterra era aliada dos portugueses desde a vinda da família real pra cá. E, depois da independência, continuou como principal parceira comercial do Brasil.

Pra reconhecer o Brasil como nação independente, os ingleses exigiram um monte de coisa: por exemplo, condições alfandegárias especiais pros produtos industrializados deles quando chegassem aqui.

Mas só isso não garantiria igualdade de preço. Afinal, além dos custos de importação, a produção no Brasil tinha uma vantagem considerável: podia importar mão de obra escravizada.

Daí em 1826, Brasil e Inglaterra assinaram o Tratado Anglo-Brasileiro. Os ingleses reconheceram o Brasil como nação independente,

e o Brasil, além de baixar os impostos de importação, se comprometeu a acabar com o tráfico de escravizados em três anos.

Ainda assim tinha muito senhor achando que o Brasil ia continuar a não dar muita pelota pros ingleses.

Afinal, esse nem era o primeiro tratado pelo fim do tráfico: outros dois bem parecidos já tinham sido assinados antes pelo Dom João, e nada aconteceu.

E no meio disso tudo o Dom Pedro acabou cometendo um erro que custaria bem caro pra ele.

Ele ratificou o tratado com a Inglaterra.

A partir daquele momento o acordo oficialmente entrava em vigor, e em três anos o tráfico ia acabar.

Só que o imperador fez isso

sem consultar a classe política,
os deputados e senadores, a elite política do Império,
as mesmas pessoas que tinham ajudado ele a romper com Portugal.

Tamis Parron: A elite política brasileira, ela quer ser uma elite colocada como diplomada. Mas ela é uma elite escravista até o núcleo da medula.

Tiago Rogero: E esses deputados e senadores dependiam da escravidão.
Então quando o imperador oficializou tudo sem falar com eles,

a relação azedou.

É importante dizer também que isso tudo é ainda antes do *boom* do café.
E a economia do Brasil independente num tava lá essas coisas.
Fora isso, tinha muito português ocupando cargo de confiança no governo,
então começou a rolar um boato de que Portugal poderia recolonizar o Brasil.

O Dom Pedro, é sempre bom lembrar, era português.

Foi um bela дума independência essa em que o colonizador ficou como líder do novo país.

Aliás, um rápido parênteses aqui. Uma fofuquinha.

Em 1829, o Dom Pedro terminou um relacionamento extraconjugal que ele tinha com a Domitila de Castro do Canto e Melo, a Marquesa de Santos.

Daí precisava de alguém pra transportar os móveis dela, do Rio pra Santos.

Sabe quem emprestou o barco? O Joaquim de Souza Breves.

O nome do navio era "União Feliz".

Bom, mas aí corta pra 1830.

Pra melhorar a relação com o Congresso,
o Dom Pedro escolheu como braço direito, como principal ministro,
o Marquês de Barbacena.

O nome dele era Caldeira Brant,
ele era senador e tinha um ótimo trânsito com a Câmara dos Deputados.

Mas ele tinha tanto trânsito que o Dom Pedro ficou com ciúme

e, em 1831,
ele demitiu o ministro.

Daí o caldo entornou de vez com o Congresso,
e os parlamentares conseguiram o apoio do exército pra pressionar o imperador.

O Dom Pedro tava acuado e aceitou trocar todos os ministros portugueses por brasileiros,
mas depois ele voltou atrás.

Teve uma confusão na cidade e uma multidão foi pra rua exigindo a partida do imperador.

O exército do Dom Pedro desertou

e o imperador renunciou.

Abdicou do trono em favor do filho, o Dom Pedro II, que tinha só 5 anos.

Daí sabe a quem que o Pedro I confiou a tutoria do Imperador Criança?

Ao José Bonifácio, que tinha sido braço-direito dele no processo da independência,
mas que depois foi demitido e exilado.

Já tinha uns dois anos que o Bonifácio tinha voltado do exílio.

E aí essa queda do Pedro I criou no país um clima geral de "2ª Independência",
agora totalmente livre de Portugal,
afinal o Imperador Criança tinha só 5 anos, mas era nascido no Brasil.

Pra marcar esses novos tempos,

o Marquês de Barbacena,

o outro braço-direito que também tinha sido demitido pelo imperador,
propôs uma lei brasileira pra acabar com o tráfico negreiro.

Se tá difícil de acompanhar, é assim mesmo. Essa história toda é puro suquinho de Brasil.

A ideia com essa lei era fazer uma afirmação da soberania nacional.

Não eram só os ingleses pressionando pelo fim do tráfico.

Agora era o parlamento brasileiro que tava tomando a iniciativa.

Tamis Parron: O que essa lei diz é muito simples. Ela prevê que nenhum africano escravizado entraria no Brasil a partir da data dela. Isso é muito importante. Primeiro: o tráfico negreiro transatlântico existia fazia mais de 200 anos, quase 300. E essa lei coloca um fim numa instituição multissecular. Ela diz que aqueles africanos introduzidos no país ao arripio dela, da lei, receberão a liberdade, serão declarados livres. E nisso, Tiago, ela foi muito radical. Porque na história atlântica, outros países que também traficavam, quando aboliram o tráfico, não saíram concedendo liberdade aos africanos introduzidos por debaixo dos panos.

Tiago Rogero: O país que mais traficava no mundo agora era o mais radical na hora de combater esse tráfico.

E num parava por aí.

Tamis Parron: Ela manda prender o financiador do navio negreiro, o comandante do navio e as pessoas que ajudassem no desembarque dos africanos.

Tiago Rogero: E aí você pode tá se perguntando,
porque eu também tô.

Tamis Parron: ‘Mas como um país escravista fez uma lei nesses termos?’ A lei foi feita num dos momentos mais radicais da história política brasileira. O imperador, o Dom Pedro I, tinha acabado de cair. As ruas estavam agitadas. O parlamento, inquieto. E a imprensa andava cheia de ideias novas, chegando a propor imposto sobre propriedade rural, chegando a propor o fim da escravidão, chegando até a

contemplar votos para as mulheres, o que na época também era bastante polêmico. A lei é fruto desse espírito inflamado.

Tiago Rogero: Talvez você já saiba que essa é aquela que ficou conhecida como a lei pra inglês ver.

Cê já ouviu essa expressão, né?
"Pra inglês ver" é algo que é meio que de mentirinha, só funciona na aparência, mas não de verdade.

Foi essa lei
ou melhor,
foi o descumprimento dessa lei,

que deu origem à expressão.

Só que o que talvez você não saiba é que essa lei foi cumprida.

Tamis Parron: Por cerca de quatro anos mais ou menos. E isso não é pouco tempo, basta pensar na tortura coletiva que é viver quatro anos sob Bolsonaro. Essa lei foi relativamente respeitada por quatro anos. O desembarque de africanos escravizados no Brasil depois da aprovação dessa lei caiu para um mínimo histórico, o menor volume numa longa série histórica, que chega a recuar até o século XVII. Então ela bateu lá embaixo.

Tiago Rogero: A lei não nasceu pra inglês ver.

Tamis Parron: A expressão 'para inglês ver' é gestada num segundo momento, quando essa lei é atacada, bombardeada, deslegitimada e enterrada viva em favor de interesses negreiros.

Tiago Rogero: Não sei se você lembra de algo que a professora Ynaê Lopes dos Santos, a nossa Consultora em História pra este projeto, falou no 1º episódio.

Ynaê Lopes dos Santos: A escravidão é uma instituição. E ela perdurou porque você tinha um grupo de senhores de escravizados, que era um grupo que também formou a elite política brasileira ou as elites políticas brasileiras nas suas multiplicidades, nas suas discordâncias... elas tinham essa base comum que era o fato d'eles serem proprietários de escravizados.

As elites brasileiras, elas tinham suas diferenças,
elas discordavam, elas brigavam.

Mas se tinha um lugar que elas compartilhavam,
um ponto em comum,
era o lugar de senhores de escravos.

Bem agora que a economia podia explodir por causa do café,
uma leizinha ia atrapalhar o progresso?

Tamis Parron: O Brasil, ele tem dessas coisas incríveis. Uma potência pra surpreender positivamente, como a Lei de 1831, e uma enorme capacidade de autodestruição, como a reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando contra essa lei. Quem enterra essa lei aí? As forças obscuras que fizeram o golpe de 1964 e que elegeram o Bolsonaro. Evidentemente não são as mesmas pessoas, mas é o mesmo espectro do campo político. Na época, essas forças obscuras eram os grandes fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro e de São Paulo, mais proprietários do Sudeste de Minas Gerais e do Oeste de Minas Gerais. Na época, essa gente era podre de rica. Formava o império da ostentação. Aqueles fazendeiros fizeram pressão pra suspender a Lei de 1831. E receberam licença para escravizar ilegalmente, a rodo, a partir de 1835, 1836, por cerca de 15 anos. E eles escravizaram, Tiago.

Tiago Rogero: Um tratado com a Inglaterra de antes da independência, de 1818, já proibiu o tráfico de pessoas sequestradas em países africanos acima da Linha do Equador.

Ainda assim, pelo menos 50 mil pessoas desses países foram trazidas nesse período.

Depois da lei de 1831, pelo menos 740 mil pessoas foram ilegalmente trazidas pro Brasil.

740 mil pessoas que, pela lei, não poderiam ter sido sequestradas e trazidas pra cá,
e, uma vez que foram trazidas, deveriam ter sido imediatamente colocadas em liberdade.

E não só essas pessoas foram ilegalmente escravizadas, como seus descendentes, porque a escravidão seguia o útero.

Se uma mulher escravizada ficasse grávida, o filho dela por lei era considerado propriedade do senhor.

O Tamis Parron chama o que aconteceu nesse período de a Política da Escravidão.

Tamis Parron: Foi um pacto político, um arranjo de acordo entre elites tão importante quanto um pacto constitucional. Quem a política da escravidão envolve? Os grandes políticos da época, o centro de comando do Estado, a elite financeira do Rio de Janeiro, que era a Corte do Império do Brasil, e os grandes proprietários de terra e de escravos do país em torno da defesa da escravidão e da defesa do tráfico negreiro como uma estratégia, mesmo, pra gerar riqueza privada; pra gerar crescimento econômico e pra financiar o Estado imperial, que na época tava sendo construído.

Tiago Rogero: Tinha uma facção na Câmara dos Deputados que eram os conservadores, também chamados de Partido do Regresso ou então saquaremas.

E eles começaram a defender em bloco a reabertura do tráfico.

Teve um deputado, o Bernardo Pereira de Vasconcelos, que pediu a revogação da lei argumentando que a culpa não era nem dos traficantes nem dos fazendeiros que insistiam na ilegalidade.

Segundo ele, quem tava errado era quem delatava os criminosos pra receber as recompensas em dinheiro que a lei previa.

Até o autor da lei, o Marquês de Barbacena, propôs que ela fosse revogada.

Ele falou que era intolerável que os proprietários tranquilos, chefes de família respeitáveis, homens cheios de indústria e virtude pudessem ser incriminados por causa do tráfico.

Mas não só parlamentares e senhores de escravos tinham culpa nesse cartório aí.

O governo também.

Os traficantes, e a gente já falou isso aqui, eram as pessoas mais ricas do Brasil.

E eles sempre diversificaram os investimentos.

Por exemplo, concedendo empréstimos tanto pra particulares quanto pro governo.

E o Império era o principal devedor desses traficantes.

Devia pros mesmos caras que agora, na teoria, deveria combater.

<<<<< som de interferência de sinal >>>>>

Ricardo Salles: ...nesse momento em que a atenção da imprensa tá voltada pro Covid...

Tiago Rogero: O Tesouro imperial também arrecadava e muito com o comércio negreiro, e com a produção dessa mão de obra escravizada.

<<<<< som de interferência de sinal >>>>>

Ricardo Salles: ...a oportunidade que nós temos é passar as reformas infralegais de desregulamentação...

Tiago Rogero: Como a proibição do tráfico fez a arrecadação cair, o Império decidiu deixar passar a boiada.

<<<<< som de interferência de sinal >>>>>

Ricardo Salles: ...então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa porque só fala de Covid. E ir passando a boiada...

<<<<< som de interferência de sinal >>>>>

Tamis Parron: Talvez nós tenhamos tido o primeiro episódio da boiada na História brasileira, o que faz sentido porque se a política do contrabando e do tráfico negreiro e da escravidão são a nossa primeira política pactuada de crescimento econômico, faz sentido que a primeira boiada não seja essa, agora, do Ricardo Salles, mas seja a dos escravistas da década de 1830 e 1840. E os seus apaniguados políticos, políticos coniventes e co-gestores do crime. Porque o que

eles estão fazendo é um crime. Não uma imoralidade para os nossos valores. É um crime medido pela régua da própria legislação da época. De modo geral, o Estado recebia legitimidade porque ganhava o apoio tácito das classes proprietárias e endinheiradas, os políticos recebiam o apoio político, o Ministério da Fazenda ampliava a sua base fiscal porque o aumento da escravidão significava aumento das exportações. Então, quem tava no andar de cima da máquina pública também levava o seu.

Thiago Campos Pessoa: O Estado brasileiro ele tem uma responsabilidade absoluta sobre a reabertura do tráfico a partir de 1830, por alguns motivos, né?

Tiago Rogero: Aqui de novo o Thiago Campos Pessoa, que estudou a fundo a trajetória dos Irmãos Breves.

O Thiago já escreveu que essa liberação do contrabando foi um dos maiores casos, se não o maior caso de corrupção sistêmica da História do Brasil.

Thiago Campos Pessoa: As autoridades brasileiras, elas foram mais do que coniventes, elas foram partícipes. Elas tomaram parte a favor do tráfico. A elite política imperial, ela fez silenciar sobre o desenvolvimento do tráfico. Todo mundo sabia, a elite sabia, a sociedade sabia e a coisa continuava acontecendo porque era algo do qual o próprio Estado brasileiro precisava, né, pra sustentação da sua pauta de exportação, muito atrelada ao café, essencialmente.

Tiago Rogero: E é aí que entram os Irmãos Breves.

Thiago Campos Pessoa: Na verdade, esses senhores eles são estudos de caso interessantes pra gente entender como uma parcela importante da elite sustentou em termos práticos a continuidade do comércio de africanos e a transformação do próprio comércio de africanos em uma atividade que talvez não tivesse parâmetro em termos de lucratividade e em termos de dimensão de deslocamento do Atlântico pro Brasil até então. A estimativa é que dos quase 5 milhões de africanos que desembarcaram no Brasil em cerca de 300 anos de, de tráfico, mais de 2 milhões tenham desembarcado na primeira metade do século XIX; e, desses, 800 mil em 20 anos no período que o tráfico era ilegal. Em outras palavras, a gente pode dizer que esse período da ilegalidade, em que esses senhores foram protagonistas, foi o período da nossa História onde o tráfico de

africanos foi mais volumoso, mais intenso, e, talvez, e provavelmente, o mais cruel, se é que a gente pode traçar paralelos de crueldade, né?

Tiago Rogero: Os Irmãos Breves viram na proibição do tráfico não um problema, mas uma oportunidade de negócios.
É a tal alma empreendedora.

Muito traficante antigo tinha pulado fora,
os irmãos viram esse vácuo de poder e assumiram a operação.

Thiago Campos Pessoa: O que eu diria que realmente mudou com o tráfico, é, inicialmente, seriam os portos de saída e os portos de chegada, né. Com a ilegalidade, você tem uma dispersão pelo litoral africano. Da mesma forma que há uma dispersão no litoral africano, há uma dispersão no litoral brasileiro. Então os portos legais, por exemplo, o mais famoso deles o Mercado do Valongo, né, essa região portuária do Rio de Janeiro em torno do Valongo, ele deixa de existir de fato.

Tiago Rogero: Antes da proibição, o Cais do Valongo tinha recebido sozinho
1 milhão de pessoas.

Thiago Campos Pessoa: Há a dispersão desses desembarques ao longo da costa brasileira. Então áreas hoje, que são áreas turísticas famosíssimas no Rio de Janeiro, como Ilha Grande, Búzios, é um litoral que começa a se especializar com algumas praias específicas na recepção de africanos.

Tiago Rogero: E, claro, os Irmãos Breves não tavam agindo sozinhos.
Num era só pra abastecer as dezenas de fazendas deles que eles contrabandeavam.

Thiago Campos Pessoa: Uma coisa que eu acho que muda de maneira interessante é o envolvimento da própria classe senhorial, da elite imperial, com o tráfico, né? Por ser ilegal, essa elite ela precisa precisa sustentar não só politicamente, como sustentou, mas ela precisa criar as condições sociais, até mesmo logísticas para que esse comércio aconteça a despeito da ilegalidade. Então a gente pode dizer com uma certa tranquilidade que os 800 mil africanos que chegaram aqui eles só chegaram porque uma fração talvez hegemônica, ou seja, a fração mais importante da elite brasileira, criou as condições políticas, sociais e econômicas, e infraestruturais, pra que esse tráfico acontecesse. E o que

a gente vê, de certa forma, na própria produção da História brasileira, é uma certa construção de uma isenção sobre esses indivíduos, como se eles tivessem sido também vítimas, eles, dos traficantes. Mas eles não eram vítimas, não só porque não...

Tiago Rogero: Mas peraí que ainda tá faltando gente nessa equação.

Não era só o estado brasileiro,
os políticos,
não eram só os traficantes,
nem eram só as elites.

Thiago Campos Pessoa: ...a escravidão era não só um ativo econômico, mas ela era uma instituição compartilhada por boa parte da sociedade. Aqueles que não eram senhor de escravos queriam ser. Então nos anos 1830, 1840, o brasileiro comum também apoiava o tráfico de africanos. Ele não via algo maléfico, ele não via problema moral, humanitário, naquele comércio.

Tiago Rogero: O buraco é muito mais embaixo.

É mais fácil a gente pensar numa história com um grande vilão.

Ou com os grandes vilões.

Mas a realidade não costuma ser tão simples assim.

A fotografia da sociedade brasileira como um todo é bem mais feia do que se quer admitir.

Thiago Campos Pessoa: Esse tráfico só se manteve clandestino, em operação, porque houve um outro acordo nacional para que ele continuasse existindo.

Tiago Rogero: Um grande acordo nacional.

Thiago Campos Pessoa: Então, por exemplo, o José e o Joaquim Breves, eles montaram fazendas litorâneas pra articular o tráfico. Houve a participação direta, diretiva das autoridades que, por vezes, eram as próprias autoridades dos fortes

dessas praias que faziam o recebimento dos africanos, entendeu? É algo, assim, inacreditável.

Tiago Rogero: Os Irmãos Breves tinham essas duas fazendas gigantescas, longe da Corte, montadas especificamente pra receber esses navios ilegais e pra fazer a engorda dos escravizados antes de eles serem distribuídos.

De vez em quando, o governo brasileiro fazia uma ou outra apreensão de navio, só pra fingir que tava cumprindo a lei.
pra inglês ver.

E numa dessas operações apreenderam o barco União Feliz, do Joaquim, aquele mesmo que tinha feito a mudança da ex-amante do Pedro I.

Durante todo esse período os irmãos Breves continuaram super próximos do poder, e aumentando a influência política. Eles só se tornaram comendadores, por exemplo, no fim dos anos 1840, quando já tavam contrabandeando há quase 20 anos.

Nos anos 1840 também, cada um deles chegou a acumular, ao mesmo tempo, as funções de deputado provincial, vereador, e juiz de paz de seus municípios.

Sabe quem era incumbido, no interior, de decidir sobre os navios suspeitos de contrabando?

O juiz de paz.

Era a raposa tomando conta do galinheiro.

Aloysio Breves: A audácia em burlar a fiscalização, isso era muito próprio do Joaquim Breves. Ele não tinha medo de nada, ele não se importava. A própria Restinga da Marambaia foi adquirida pelo Joaquim pra servir de recepção de mão-de-obra escravizada. Então o Joaquim tinha embarcações que trafegavam continuamente entre o litoral e a ponta da restinga, que é a Ilha da Marambaia, né, e ali na ilha ele tinha uma grande senzala e o navio tumbeiro vinha da África, e desembarcava a carga na Marambaia. A carga humana, né?

Tiago Rogero: Aqui de novo o Aloysio, advogado e pesquisador, que a gente ouviu no começo do episódio.

Aliás, já faz tanto tempo que ele se apresentou que eu vou colocar de novo.

Aloysio Breves: Meu nome é Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves Beiler.

Tiago Rogero: Hm.

Aloysio Breves: Em alguns locais, como por exemplo Piraí, era comum, eu garoto, tinha um professor que costumava dizer o seguinte: 'Abram alas porque está entrando a nobreza de Piraí'. Eu não entendia muito aquilo, mas era o que ele usava. Tempos depois, na faculdade, algumas pessoas vinham falar comigo e falavam: 'Ué, mas você é Breves, da família Breves?', sou.

Tiago Rogero: Aloysio Breves.

Aloysio Breves: Eu descendo do Joaquim Breves, né? Eu sou a quinta geração. Uma vez uma jornalista me fez essa pergunta: 'Como você consegue viver carregando um nome tão pesado quanto esse?'

<<<<< som de barco, som de barco desligando >>>>>

Vânia Guerra: A corda é grande Jorge? Se a corda não for grande foi pouca.

Jorge Moreira: Já tá encalhando.

Vânia Guerra: Já tá encalhando?

Jorge Moreira: Uhum.

Vânia Guerra: Tá calçado, Jorge? Olha o bagre, rapaz. Olha o bagre.

Tiago Rogero: Ah, é porque aqui é rasilho assim, né?

Vânia Guerra: É, aqui é rasilho...

<<<<< som ambiente, som de passos na água >>>>>

Tiago Rogero: E isso aqui era um caminho pra fazenda?

Vânia Guerra: Sim.

Tiago Rogero: Desembarcava ali no mar...

Vânia Guerra: Desembarcava ali. Você viu ali as ruínas do cais...

Tiago Rogero: Esta é a Vânia Guerra.

Vânia Guerra: Aqui são as ruínas da fazenda de engorda, gente. Como vocês tão vendo, tem esses, só tem as pilastra...

Tiago Rogero: A gente foi até a Ilha da Marambaia, que fica na ponta da Restinga de Marambaia.

De carro fica a umas 2 horas do Rio, depois mais uns 30, 40 minutos de barco.

Tiago Rogero: Aqui era a senzala?

Vânia Guerra: Aqui era a senzala. Isso aqui é barro cozido, ó. Isso é barro cozido, olha, que coisa linda. Esse tijolo ainda há pouco tempo tavam se fazendo aqui. Ó. Isso daqui é trabalho de mazimbas, de engenheiros mazimbas. Dentro dela tá abraçado o fogão que era feito os unguento. Que era feita a comida dos negros. Que era feito os remédio. E um dos remédio muito importante que ficou aqui pra gente foi a aroeira, que ainda hoje o povo usa vários tipos de erva.

Tiago Rogero: Isso é tudo o que restou do que um dia foi a senzala de uma dessas fazendas dos Irmãos Breves, que funcionava especificamente pra receber os navios no período do contrabando.

Ali tem um quilombo, o Quilombo da Ilha da Marambaia, formado por remanescentes daquelas pessoas trazidas pro Brasil no período do contrabando.

Vânia Guerra: Nós estamos aqui na Praia do Sino. Os navios, se aportavam ali, atrás dessa ilha. E dali que os negros eram tirado e levado pra fazenda durante a escravidão por uma canoa. Esses negros que iam pro armazém, eles vinham de lá do continente africano pra cá. Aqui eles ficavam em quarentena, porque aí a fazenda daqui, que antes era de café, passou a ser de engordar negros roubados. Aqui eles engordavam, né, engordavam, se recuperavam, e eram vendidos ou reaproveitados nas fazendas. Então, toda a comunidade quilombola do litoral Sul fluminense, do Rio, todos eles passaram por aqui, são todos nossos parentes.

Aloysio Breves: Quando eu estive na Marambaia, eu falei: 'Calma, eu não sou a reencarnação do comendador Breves, não'. Então, quer dizer, o nome causa espanto.

Tiago Rogero: Aqui de novo o Aloysio Breves, descendente do Joaquim Breves.

Aloysio Breves: Eu vejo isso, muito isso, no interior do Estado, uma espécie de patriarcado ainda dominante, né, aquela coisa detestável de 'sabe com quem está falando?'. E às vezes eu sou até tratado assim em alguns lugares, né. Você, por conta do nome, é livrado de qualquer obstáculo, né? É uma coisa curiosa, né, o que que o Brasil ainda produz.

Tiago Rogero: Lembra que ele tava contando que uma jornalista perguntou pra ele uma vez...

Aloysio Breves: ...'Como você consegue viver carregando um nome tão pesado quanto esse?'. Eu falei: 'Olha, eu não vivi aquela época. Não vivi aquela época'. Eu sou da família porque nasci na família. Mas eu não convivi com o Joaquim, não compartilho com as ideias escravistas dele, não compartilho com nada disso. Mas eu sou produto disso. O que eu faço, é divulgar essa história. Por quê? É uma história tão fantástica e tão bizarra que ela merece ser contada. Isso faz parte da História do Brasil, né? O Joaquim participou do Grito do Ipiranga, o Joaquim foi político local, considerado por muitos, ah, o hom... foi o homem mais rico do Brasil por determinado período, ahn, o Rei do Café.

Tiago Rogero: O Aloysio tem um site em que ele reuniu tudo o que pesquisou sobre a própria família, inclusive esses muitos esqueletos no armário.

O endereço é brevescafe.net

Aloysio Breves: Eu acho que isso é para ser divulgado, é para ser criticado, ser objeto de estudo, ser aprofundado pra que isso não ocorra jamais. Já ouvi de, de pessoas: 'Ah, o Breves era bom, porque ele tratava os escravos de maneira diferente'. Bom, se era escravo dele, já é ruim, porque tem relatos d'ele levar os escravos ao tronco, e mandar espancar e... e relatos, assim, muito ruins. Marcava as pessoas, né?

Tiago Rogero: Imagina se cada família brasileira que enriqueceu com a escravidão também pesquisasse e divulgasse essa história?

Tem muita informação que tá guardada em porão, em armário, em baú...

Informação que poderia levar pessoas negras a descobrirem mais sobre as suas histórias, as suas famílias.

Pessoas como eu que não têm direito a saber de onde seus antepassados vieram.

Aloysio Breves: O Brasil tem uma grande dificuldade em contar a sua história. Então, me afeta o nome, mas não afeta o meu bom-senso e o meu discernimento. A história tem que ser contada, tem que ser avaliada, tem que ser descrita porque a pior coisa é você não conhecer a sua história. E no caso da família Breves, a família Breves tem história pra contar; tem explicações a dar; tem coisas fantásticas; tem grandes exemplos, é óbvio que tem, né, de benemerência, de acolhimento... Mas tem todo esse lado obscuro da escravidão que foi um modelo adotado pelo Brasil para subsistir e para prosperar na sua riqueza aí.

Tiago Rogero: E, olha, eu vou dizer aqui de novo: não foram só os traficantes, os contrabandistas, que enriqueceram com a escravidão.

Em 1850, o contrabando negreiro finalmente teve fim.

Foi aprovada uma nova lei, que acabou conhecida como a Lei Eusébio de Queirós, e a gente vai falar mais sobre ela em outro episódio.

O que importa dizer agora aqui é que o governo enfim endureceu a fiscalização, e não podia mais chegar navio com africanos sequestrados.

Com o fim do contrabando, todo esse dinheiro acabou ficando ocioso no mercado. Porque o tráfico era um negócio de muitos investidores.

Daí rolou uma febre consumista e a boa gente rica brasileira começou a importar, mais do que nunca, tudo quanto é coisa da Europa: perfume, roupa, arma de fogo, piano...

Houve uma superabundância de dinheiro, especialmente no Sudeste, que acabou assumindo ainda mais protagonismo por causa da explosão do café.

E essa superabundância resultou no ressurgimento do Banco do Brasil, que tinha sido fechado quando o Dom João VI foi embora levando todo o dinheiro, né?

Nos anos 1850, o Visconde de Mauá, grande empreendedor brasileiro, que já tinha ganhado bastante dinheiro fabricando navios que eram usados pro tráfico, ah, sim, e quem fabricava eram trabalhadores assalariados e trabalhadores escravizados...

Bom, mas o Visconde de Mauá liderou um grupo de empresários que não tinha onde colocar esse dinheiro ocioso, e essa turma criou um banco privado que depois se fundiu com outro e foi transformado no banco oficial do Império, hoje o Banco do Brasil.

Desde a invasão pelos portugueses, em 1500, foi a escravidão que gerou todas as riquezas do Brasil.

E eu vou dizer isso de novo: todo setor da economia contava com trabalho escravo.

O sujeito podia ter uma lojinha, ter um escravizado e trabalhar lado a lado com ele.

Uma enorme diferença é que um recebia, e o outro não.

Fora tudo mais o que tá relacionado a não ter a própria liberdade, né?

Pensar numa riqueza construída antes da abolição é pensar numa riqueza conquistada por meio da crueldade,

e uma riqueza que foi deixada como herança pros descendentes desses senhores de escravos.

E mesmo pensando depois da abolição.

Qual família rica brasileira não se beneficiou dos privilégios e das relações sociais e de trabalho sedimentadas por uma sociedade que, por mais de 300 anos, escravizou um grupo, o das pessoas negras e indígenas, e durante todo esse período impediu a ascensão desse grupo?

A escravidão acabou, mas o racismo continuou na República.

Sempre como uma escolha política:

pra que um grupo continuasse a ser subjugado pelo outro,
pra continuidade de quem sempre esteve no poder.

Qual pessoa branca rica, mesmo as saídas do nada,
as *self made*,
não se beneficiou e se beneficia até hoje dessas relações?

E qual pessoa branca,
mesmo a que não é rica,
não acaba se beneficiando das diferenças abissais de oportunidades que uma sociedade estruturalmente racista oferece pra sua população?

<<<<< som de TV ligando >>>>>

Voz 2: Uma pesquisa divulgada recentemente mostra que trabalhadores negros ainda ganham menos que os brancos e que além da diferença salarial para os negros alcançar altos postos também é mais difícil.

<<<<< som de troca de canal na TV >>>>>

Voz 3: Um estudo apresentado hoje em São Paulo mostra que mesmo com o ensino superior a diferença salarial entre trabalhadores brancos e negros chega a 29%.

<<<<< som de TV desligando >>>>>

Tiago Rogero: Na História do Brasil,
enquanto os brancos podiam brincar de empresário,
de investidor,
de empreendedor,

os negros tinham de lutar pra sobreviver.

E ainda é assim.

Vânia Guerra: Saber de toda essa luta do meu avô, do meu bisavô, né, e pra gente eles estão vivos, né? Perderam o corpo e estão vivos. Então, assim, a gente não podia decepcionar. Porque a luta deles, essa era a nossa herança, é a nossa herança, e tínhamos que abraçar. E aí a gente saiu brigando, lutando com as forças que tinha, com as armas que tinha.

Tiago Rogero: Mesmo depois da lei de 1850, os Irmãos Breves continuaram a contrabandear pessoas ilegalmente escravizadas.

Houve pelo menos quatro viagens que foram flagradas pelas autoridades.

Por uma ironia do destino, foi essa sanha de não largar o osso que teria impedido os dois de subirem ainda mais na escala da nobreza brasileira.

Nenhum deles jamais chegou a receber o título de barão. Estacionaram em comendador.

Em 1853, o governo fez uma operação numa fazenda do José de Souza Breves pra encontrar africanos contrabandeados.

O José enviou uma carta pro Eusébio de Queirós, que nessa época era ministro da Justiça e comandava a fiscalização da lei de 1850.

O José tava com medo de que o governo fosse libertar todo mundo que tinha chegado desde 1831, desde o início da ilegalidade.

E o Eusébio disse pra ele que podia ficar tranquilo, que,

"qualquer busca que se dê é para procurar os negros agora importados, e nunca pra entender com o passado".

Thiago Campos Pessoa: Isso é uma coisa muito importante porque a última geração de escravos no Brasil é uma geração basicamente de escravos ilegais. Aquelas pessoas, juridicamente, elas eram livres. Então a escravidão, por si, já é um horror, é uma barbárie, é uma aberração. Imagine uma escravidão que juridicamente é ilegal pelas leis do país escravizador.

Tiago Rogero: Aqui de novo o Thiago Campos Pessoa.

Isso é uma coisa que eu acho que já ficou claro, mas não custa nada repetir.

Cada pessoa africana que foi trazida de algum país ao norte do Equador desde 1818, e todas as que foram trazidas desde 1831, cada uma dessas quase 800 mil pessoas, mais os seus descendentes, um número que infelizmente a gente não consegue saber qual é;

cada uma dessas pessoas foi escravizada ilegalmente. Era contra a lei. Um crime segundo as leis do Brasil.

O historiador Luiz Felipe de Alencastro, que é um grande estudioso da nossa História e da escravidão, ele chama o que aconteceu nesse momento de

o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira.

Porque houve mais uma vez um grande pacto nacional, agora pra garantir que todas essas pessoas não fossem libertadas.

Pra evitar rebeliões, pra garantir a segurança de posse dos proprietários, os ricos e poderosos, a classe política,

toda essa boa gente brasileira mais uma vez se calou.

E a escravidão continuou por mais 38 anos. Só terminou em 1888.

Pro Luiz Felipe de Alencastro, a última geração de escravizados no Brasil era formada, em sua esmagadora maioria, por indivíduos livres, sequestrados e ilegalmente escravizados.

O pecado original do Brasil.

E tem outra coisa: a lei de 1831 tipificava quem continuasse a contrabandear como sequestrador. Um crime previsto no Código Criminal da época.

E o que que aconteceu na prática com esses contrabandistas?

Anistia.

Um exemplo perfeito disso é o do Eusébio de Queirós:

o ministro da Justiça,

o representante do Império do Brasil,

tava dizendo pra um desses criminosos:

"Ó, a partir de agora você tem que parar com isso;

o que passou, passou".

Thiago Campos Pessoa: É muito emblemático essa passagem, né? 'Não se entender com o passado'. O nosso país, a nossa sociedade ela... até hoje não se entendeu com o seu passado. Quando Eusébio de Queirós disse isso, o que ele estava querendo dizer é o seguinte: 'Olha, os africanos que entraram antes da lei de 1850, da segunda lei anti-tráfico, da Lei Eusébio de Queirós, eles vão permanecer na escravidão'. E ele diz isso porque ele tá mirando a elite imperial que tem boa parte dos seus escravos africanos ilegalmente importados.

Tiago Rogero: Quantas vezes, na História do Brasil, o país teve a chance de se entender com o passado,

e escolheu não fazer isso?

Foi assim em 1850,

foi assim com a abolição, que veio sem compensação nenhuma,

foi assim com a ditadura militar...

Vai ser assim até quando?

Vânia Guerra: Pro nosso futuro, né, eu quero que essas coisas sejam mudadas, que as pessoas, agora que têm condições, né, de, de saber, têm condições de estudar, né, de compreender, e aí que faça melhor pra que não fique mais ninguém de fora. Sabe? Pra que ninguém perca assim, de conviver com a herança que temos. Porque isso é a nossa herança. E também de compreender que a

resistência vai ser o ponto crucial da nossa herança. A herança nossa é a resistência.

Tiago Rogero: O projeto Querino é apoiado pelo Instituto Ibirapitanga.

O podcast é produzido pela Rádio Novelo.

O nosso site, projetoquerino.com.br, reúne todas as informações sobre o projeto, e conteúdo adicional. O site foi desenvolvido pela Àiyé.

E eu te convido a conferir também todo o material do projeto Querino que está sendo publicado pela revista piauí, nas bancas e no site da revista.

Este episódio teve pesquisa de Gilberto Porcidonio, Rafael Domingos Oliveira, Yasmin Santos e Angélica Paulo, que também fez a produção.

A edição é do Lucca Mendes e a sonorização, da Júlia Matos.

A finalização, da Pipoca Sound.

A checagem é do Gilberto Porcidonio,
e a música original, do Victor Rodrigues Dias.

Estratégia de promoção, distribuição e conteúdo digital: Bia Ribeiro

A identidade visual é do Draco Imagem.

Os transcritores das entrevistas foram Guilherme Póvoas e Rodolfo Vianna.

A locução foi gravada no estúdio da Pipoca Sound, com trabalhos técnicos do João Muniz.

Consultoria em roteiro de Mariana Jaspe, Paula Scarpin e Flora Thomson-DeVeaux, com revisão de Natália Silva.

Consultoria em História: Ynaê Lopes dos Santos.

Produção-executiva: Guilherme Alpendre.

A execução financeira do projeto é do ISPIS, Instituto Sincronicidade para a Interação Social.

Idealização, reportagem, roteiro, apresentação e coordenação, Tiago Rogero.

Este episódio usou áudios da TV Globo e do SBT.

Agradecimentos à Bárbara Guerra e ao Jorge Moreira.

Até o próximo.